

PARECER INDEPENDENTE

sobre a primeira emissão de Notas Comerciais Escriturais da GDS Subholding S.A.¹





Valor da emissão: R\$ 300.000.000,00

Vencimento: 02 anos (junho 2024)

Alinhamento com ODS:



Alinhamento com categorias GBP: • Energia Renovável

GBP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Pontos fortes	Pontos de melhoria
Uso de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Recursos serão usados para financiar CAPEX associados a 42 projetos de geração distribuída de energia solar; ✓ Categorias de projetos alinhados aos <i>Green Bond Principles</i>, Não Perca Esse Bond, Taxonomia da EU e Climate Bonds Initiative; ✓ Recursos serão alocados em até 18 meses após a emissão; 	<ul style="list-style-type: none"> ✗
Processo de seleção e avaliação de projetos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Emissão alinhada com a estratégia ASG e estratégia de negócios da emissora e de suas controladoras; ✓ Emissora e suas sócias não possuem histórico de controvérsias; ✓ Geração anual de 124,16 GWh de energia renovável e estimativa de 15.693,82 toneladas de CO₂eq evitadas; ✓ 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Emissora não tem sistema de gestão socioambiental formalizado para monitorar e gerenciar potenciais impactos negativos dos projetos; ✗ Ausência de Plano de descomissionamento ou logística reversa para disposição das placas solares após fim da vida útil; ✗ Ausência de monitoramento de saúde e segurança nos fornecedores;
Gestão de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ O valor total da emissão é inferior do que o custo dos projetos verdes; ✓ Mecanismos de vencimento antecipado em caso de alteração no uso de recursos; ✓ Baixo risco de contaminação dos recursos alocados em investimentos temporários. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Recursos não são segregados em SPEs criadas especificamente para o contexto dos projetos;
Relato		<ul style="list-style-type: none"> ✓ As informações financeiras e ambientais serão divulgadas a cada dois anos em website; ✓ Verificação independente após 24 meses; ✓ Os pareceres de segunda opinião pré-emissão e pós-emissão serão divulgados ao público no <i>website</i> da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ O relato terá granularidade a nível de emissão, mas não à nível de projeto.

¹ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real e com garantia fidejussória adicional, de distribuição privada da GDS Subholding S.A. Esta configura-se como uma *holding* da GDS Energia Renovável S.A.

Sobre a NINT

A NINT (Natural Intelligence) é a maior prática de consultoria e pesquisa ASG na América Latina. Com uma equipe de +100 colaboradores e presença local no Brasil e América Latina, somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment - IRRRI 2019. Fomos a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida e trabalhamos na avaliação externa de mais de 170 operações de dívida ESG.

Sumário

1. Escopo	3
2. Opinião	5
3. Análise ASG dos projetos.....	13
4. Análise ASG da GDS	18
5. Método.....	23



1. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde (“Green Bond”) da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real e com garantia fidejussória adicional, de distribuição privada da GDS Subholding S.A. (“Emissora” ou “GDS”). A GDS é uma *holding* da GDS Energia Renovável S.A.

Os recursos obtidos com a emissão, cujo volume total é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com prazo de vencimento de 02 anos (junho 2024), serão utilizados para gastos futuros associados a construção de parques solares de geração distribuída.

A NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)², os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* (IFC)³, a *Climate Bonds Taxonomy*⁴ da *Climate Bonds Initiative* e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da NINT é baseada em:

- Avaliação de características da emissão com base no termo de securitização, documentos da operação, outros documentos legais e entrevistas com a equipe da GDS Subholding S.A.;
- Performance socioambiental dos projetos de acordo com o processo de licenciamento e procedimentos de gestão;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) da GDS Subholding S.A. a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela GDS, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis pela emissão das notas comerciais, pelos projetos e pela gestão empresarial, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado entre setembro e outubro de 2022.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A NINT teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de asseguuração em relação a completude, precisão e confiabilidade.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos

² <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-100621.pdf>

³ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

⁴ <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>



de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A GDS Subholding S.A. pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS)⁵, a publicação “Não Perca esse Bond”⁶ e os *Green Bond Principles*, versão de junho de 2021. Essa classificação será confirmada em até 24 meses após a emissão, com base em um parecer de pós-emissão a ser realizado pela NINT.

⁵ <https://www.nintgroup.com/guia-para-emissao-de-titulos-verdes-no-brasil>

⁶ <https://esg.nintgroup.com/nao-perca-esse-bond>




2. Opinião

Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, em nossa opinião, as notas comerciais emitidas pela GDS Subholding S.A. estão em conformidade com os *Green Bond Principles* (GBP) e boas práticas de mercado para emissão de títulos verdes, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas.

A NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, baseado no atendimento dos GBP, os quais são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como Verde. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados no [Anexo I - Método](#). A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes do mercado que o investimento segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

A seguir, consta a análise do alinhamento do Título Verde aos quatro componentes dos GBP.

Quadro 1 - Descrição da análise dos GBP para o Título Verde da GDS

Princípios e classificação	Análise e descrição
<p data-bbox="204 1435 312 1491">Uso de recursos</p> 	<p data-bbox="384 1106 1439 1229">Descrição dos projetos e categorias financiadas: A presente emissão de Notas Comerciais Escriturais possui volume total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e tem como objetivo o financiamento da construção de parques solares de geração distribuída, com capacidade instalada total estimada de 83,65 MW.</p> <p data-bbox="384 1263 1439 1413">A GDS estima que os projetos sejam instalados em 12 meses e entrem em fase operacional em 15 meses. Os recursos líquidos da emissão serão destinados para gastos relacionados a construção de 42 parques solares, a serem destinados em até 18 meses após a emissão, sendo 100% para financiamento destinado ao CAPEX dos projetos elegíveis. A operação tem prazo de vencimento de 24 meses.</p> <p data-bbox="384 1447 1439 1536">A receita levantada com esta emissão representa 99,3% do valor previsto para todos os projetos. Os demais 0,7% serão financiados através de recursos próprios. Ressalta-se que o valor da emissão não ultrapassa o valor dos projetos elegíveis.</p> <p data-bbox="384 1570 900 1603">Características dos Projetos Financiados:</p> <p data-bbox="384 1637 1439 1787">Os projetos em análise consistem na construção de parques solares de geração distribuída, por meio da implantação e exploração de 42 Usinas Fotovoltaicas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Pará e Distrito Federal. A localização de 25 das 42 usinas está definida, enquanto as demais estão em definição.</p> <p data-bbox="384 1821 1439 1944">Atualmente entre as 42 usinas fotovoltaicas, 17 ainda estão em etapas de definição da localidade. Das 25 com localização definida, sete possuem licenciamento ambiental e avançam para a etapa de instalação e 18 se encontram em processo de licenciamento junto aos órgãos ambientais.</p> <p data-bbox="655 1973 1166 2007"><i>Tabela 1 - Características dos projetos.</i></p>



#	Usina/Projeto	Localização	Status do projeto
1	UFV GDS 1 - Ipiranga CELESC	Modelo/SC	Licença obtida
2	UFV GDS 1 - Ipiranga ENEL GO	Ipameri/GO	Licença obtida
3	UFV GDS 1 - Ipiranga RGE	Alegrete/RS	Em processo de licenciamento
4	UFV GDS 1 - Ipiranga ENEL RJ	São Fidelis/RJ	Em processo de licenciamento
5	UFV GDS 1 - Ipiranga COELBA	Serra do Ramalho/BA	Licença obtida
6	UFV GDS 1 - Ipiranga CEB	Brazilândia/DF	Em processo de licenciamento
7	UFV GDS 1 - Ipiranga CPFL	Boituva/SP	Licença obtida
8	UFV GDS 1 - Ipiranga EDP	Guararema/SP	Licença obtida
9	UFV GDS 1 - Ipiranga ELEKTRO	Santa Fé do Sul/SP	Licença obtida
10	UFV GDS 2 - Aegea LIGHT	Seropédica/RJ	Em processo de licenciamento
11	UFV GDS 2 - Aegea LIGHT	Itaguaí/RJ	Licença obtida
12	UFV GDS 3 - Ipiranga CEMIG	Iguatama/MG	Em processo de licenciamento
13	UFV GDS 3 - Ipiranga COPEL	Cidade Gaúcha/PR	Em processo de licenciamento
14	UFV GDS 3 - Ipiranga CPFL PAULISTA	Duartina/SP	Em processo de licenciamento
15	UFV GDS 3 - Ipiranga ELEKTRO	Presidente Venceslau/SP	Em processo de licenciamento
16	UFV GDS 3 - Ipiranga LIGHT	Vassouras/RJ	Em processo de licenciamento
17	UFV GDS 3 - Ipiranga CEEE	Guaíba/RS	Em processo de licenciamento
18	UFV GDS 3 - Ipiranga CELESC	Lages/SC	Em processo de licenciamento
19	UFV GDS 3 - Ipiranga RGE	Alegrete/RS	Em processo de licenciamento
20	UFV GDS 3 - Ipiranga EQUATORIAL	Vigia/PA	Em processo de licenciamento
21	UFV GDS 7 - TARGUS LIGHT	Vassouras/RJ	Em processo de licenciamento
22	UFV GDS 8 - OBA CEB	Paranoá/DF	Em processo de licenciamento
23	UFV GDS 9 - AEGEA ENEL RJ	Porto Real/RJ	Em processo de licenciamento
24	UFV GDS 9 - AEGEA ENEL RJ	Guapimirim/RJ	Em processo de licenciamento
25	UFV GDS 10- SMART FIT ENEL	Embu-Guaçu/SP	Em processo de licenciamento

Fonte: GDS Subholding S.A. Elaboração: NINT

Benefícios ambientais do uso de recursos: Por serem facilmente instalados em qualquer localidade, os projetos de energia solar se enquadram na caracterização da geração distribuída (GD) na matriz energética brasileira, definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A GD de energia solar consiste na produção de energia



elétrica a partir de pequenas centrais solares conectadas à rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras.

Dentre os benefícios destacam-se os menores impactos locais em comparação com geração centralizada, por se tratar de sistemas compactos voltados ao abastecimento local ou regional de energia elétrica, com menor demanda por área para a sua construção. A GD possibilita maior eficiência e menor impacto com o transporte de energia, minimizando perdas e garantindo maior estabilidade da rede por estar próxima a centros de consumo.

Os projetos de energia solar promovem a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor elétrico, já que são uma fonte de energia limpa, que não emitem poluentes em seu processo de geração. Ademais é uma fonte renovável de energia, ou seja, faz uso de fonte de recursos inesgotável, no caso o sol. A sua implantação pode ser feita em áreas isoladas e contribui para reduzir a dependência de combustíveis fósseis.

Para que seja possível o consumo da energia gerada nas fontes solares instaladas, serão necessários projetos de linha de transmissão e subestações. Linhas de transmissão no Brasil contribuem para o escoamento e transmissão de energia renovável no SIN, de modo que se enquadra como categoria elegível a receber recursos de títulos e empréstimos verdes. As linhas de transmissão e sistemas de armazenamento dedicados a energia renovável são fundamentais para que a energia chegue diretamente para os consumidores, sem que haja perdas.

Alinhamento do uso de recursos com *standards* de sustentabilidade: O uso de recursos está alinhado com a categoria de energia renovável dos *Green Bond Principles*, com a *Climate Bonds Taxonomy* e critérios de energia solar dos *Climate Bonds Standards*.

De acordo com a publicação “Não Perca Esse Bond”, o investimento em energia solar pode ser elegível a emissão de títulos verdes e está alinhado a um cenário de mudança climática de 1,5°C, uma vez que apresenta reduções superiores a 90% quando comparada com fontes tradicionais como termelétricas a combustíveis fósseis.

Do mesmo modo, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia⁷ aponta o investimento em energia solar como contribuinte para a mitigação das mudanças climáticas.

Os critérios de elegibilidade setoriais para geração de energia solar (*Solar Energy*)⁸ da CBI, estabelece que para serem elegíveis, os ativos devem ser instalações de geração *onshore* ou infraestrutura de transmissão totalmente dedicada às instalações de geração solar.

Ainda, como mostrado na Tabela 2, projetos de geração de energia renovável também estão alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7 (“Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”) e 13 (“Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”).


Tabela 2. ODS e metas aplicáveis

ODS	Metas aplicáveis
-----	------------------

⁷ https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy_en.pdf

⁸ https://www.climatebonds.net/files/files/Sector%20Criteria%20-%20Solar%20v2_2.pdf



	<table border="1"><tr><td data-bbox="504 282 592 383"></td><td data-bbox="632 304 1334 360">7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.</td></tr><tr><td data-bbox="504 394 592 490"></td><td data-bbox="632 394 1334 483">13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países</td></tr></table>		7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.		13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países	
	7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.					
	13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países					
<p data-bbox="177 1223 336 1346">Processo de seleção e avaliação de projetos</p> 	<p data-bbox="408 495 1054 517">Fonte: <i>Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Nações Unidas.</i></p> <p data-bbox="384 551 1099 580">Nível de alinhamento com as melhores práticas no GBP1:</p> <p data-bbox="384 613 1437 736">A emissão pode ser considerada alinhada ao componente Uso de Recursos (<i>Green Bond Principle 1</i>) em termos de alocação exclusiva dos recursos para CAPEX e gastos futuros em até 24 meses após a emissão. Portanto, a classificação do componente é de <u>Liderança</u>.</p> <p data-bbox="384 763 1437 887">Alinhamento da emissão com estratégias ASG da GDS: A Emissora tem por objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A Emissora é integralmente controlada pela GDS Energia Renovável S.A., empresa resultante da parceria entre E1 Energias Renováveis e GDSolar.</p> <p data-bbox="384 909 1437 1122">A E1 Energia atua na geração e distribuição de energia solar, com parques solares em todos os estados brasileiros, e informa em seu <i>website</i> que trabalha na geração de energia limpa e sustentável. A GDSolar possui seção destinada a temática ASG em seu <i>website</i>, com a divulgação de compromisso com o cenário de 1,5 ° C até 2030 e signatária do Pacto Global da ONU. A GDSolar identifica que sua atuação tem alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pelo Pacto Global da ONU.</p> <p data-bbox="384 1155 1437 1312">A atuação das controladoras é no mercado de energias renováveis com foco em geração distribuída e mercado livre. A Emissora detém a totalidade das quotas das sociedades de propósito específico (SPE) que atuam na estruturação, implantação e/ou operação de projetos de energia renovável, bem como na locação de equipamentos e/ou plantas de geração de energia de fonte renovável.</p> <p data-bbox="384 1346 1437 1491">Processo de seleção e avaliação dos projetos elegíveis: A Emissora conta com assessoria jurídica de advocacia com advogados especializados em Direito Ambiental, com vasta experiência no ramo de atividade da emissora e com profissionais de áreas complementares, que são primordiais na análise, aconselhamento e desenvolvimento dos projetos, a exemplo de engenheira florestal e tecnologia ambiental.</p> <p data-bbox="384 1525 1437 1839">Porém, a emissora não apresentou sistema de gestão socioambiental formalizado. Para esta emissão, a GDS informa que foi realizada uma <i>due diligence</i> geral da emissora pelo assessor jurídico do Banco e, dentre os aspectos analisados, encontram-se os aspectos ambientais dos projetos, com a solicitação de documentos e informações diversas, tais como: cópia das licenças (licença prévia, de instalação e de operação); relatório atualizado das medidas necessárias para o cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças, verificação de informações sobre interferência das Filiais e/ou da SPE em áreas especialmente protegidas (e.g. unidades de conservação, áreas de preservação permanente, reserva legal, terra indígena, terra quilombola, sítios arqueológicos e áreas de interesse histórico e cultural etc.).</p> <p data-bbox="384 1872 1437 2018">A Emissora é integralmente controlada pela GDS Energia Renovável S.A., empresa resultante da parceria entre E1 Energias Renováveis e GDSolar. A E1 Energia possui uma Política Socioambiental e a GDSolar se compromete a oferecer condições ambientais e sociais justas. Contudo, a emissora não apresentou sistema de gestão socioambiental formalizado para o acompanhamento das credenciais verdes do projeto. Da mesma</p>					



forma, a emissora não apresentou plano formalizado para uso de recursos e seleção de novos projetos, caso os projetos previstos inicialmente percam a elegibilidade ao título verde.

A E1 Energia detém uma Política de Proteção à Saúde e Segurança do Trabalho com princípios e diretrizes aplicáveis a todos os funcionários, prestadores de serviços terceirizados ou não e empresas controladas pela E1 Energia. O documento determina atendimento a requisitos legais, identificação e gerenciamento de riscos associados às atividades, instalações e serviços prestados, prevenção de riscos e otimização dos processos.

Não foram encontradas controvérsias a respeito das companhias. Porém, a GDS não informou um canal de ouvidoria ou meios de comunicação com a população impactada pelos projetos.

Isto posto, considera-se que a GDS, a partir das políticas e processos, possui capacidade adequada para monitorar e mitigar os impactos adversos decorrentes de suas operações nos projetos elegíveis, assim como possui capacidade de garantir a geração dos benefícios esperados.

Benefícios ambientais esperados: De forma geral, consiste na produção de energia elétrica a partir de pequenas centrais solares, perto do consumidor final, que são conectadas à rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras.

As pequenas centrais solares podem injetar na rede de distribuição o excedente de energia gerada ao longo do dia, em troca de créditos pelo Sistema de Compensação de Energia Elétrica. Com isto, busca-se o abatimento do consumo da unidade e de outras unidades de mesma titularidade na área de concessão.

Dentre os benefícios gerados, destacam-se os menores impactos locais em comparação com geração centralizada, por se tratarem de sistemas compactos voltados ao abastecimento local ou regional de energia elétrica, e menor demanda por área para a sua construção. Ainda, a GD possibilita maior eficiência e menor impacto com o transporte de energia, minimizando perdas e garantindo maior estabilidade da rede por estar próxima a centros de consumo.

As usinas solares tem estimativa de capacidade total instalada de 83,65 MW. É esperado que seja gerado 124,16 GWh/ano, resultando em uma redução nas emissões de gases de efeito estufa de 15.693,82 tonCO₂eq/ano. As usinas tem estimativa de entrada em operação 18 meses após o início da instalação.

Desta forma, os projetos de usinas solares da GDS possibilitam impactos socioambientais positivos, principalmente, pela diversificação da fonte na matriz elétrica brasileira e pela disponibilidade de modelos de negócio que permitem o acesso à energia elétrica de baixo impacto ambiental e de baixo custo. Além de reduzirem a demanda pela construção de novas grandes usinas de energia e de apresentarem um menor tempo de implantação.

Porém, a emissora não incluiu informações acerca de ações voltadas ao descomissionamento ou logística reversa dos equipamentos no final de vida útil. Destaca-se que a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia aponta como “*significant harm*” para projetos solares os impactos da produção e da gestão dos sistemas fotovoltaicos em termos de destinação final dos painéis, que possuem uma vida útil longa (acima de 10 anos). A GDS Subholding S.A não possui em operação, nem formalizado, um plano de descomissionamento ou logística reversa para disposição das placas solares após fim da vida útil, o que se configura em uma lacuna no processo de avaliação dos projetos.



Nível de alinhamento com melhores práticas: O nível de alinhamento do Processo de Seleção e Avaliação dos Projetos (*Green Bond Principle 2*) é **Satisfatório**. A emissora não apresentou sistema de gestão socioambiental formalizado para monitorar e gerenciar potenciais impactos negativos dos projetos e nem ações voltadas ao descomissionamento ou logística reversa dos equipamentos no final de vida útil. Também, não há processo formalizado caso os projetos inicialmente selecionados deixem de ser elegíveis às credenciais verdes.

Características da emissão:

Os recursos da 1ª emissão de notas comerciais escriturais da GDS Subholding S.A., no valor de R\$ 300.000.000,00, em série única, com prazo de vencimento de 24 meses (junho de 2024), serão destinados para o financiamento de investimentos futuros em projetos de parques solares, com estimativa dos recursos completamente alocados em até 18 meses após a emissão. A soma das captações verdes não é superior ao lastro dos 42 projetos a serem definidos, de forma que não haverá excedente de recursos verdes.

Procedimentos para gestão dos recursos

A gestão dos recursos da emissão ficará a cargo da GDS até sua alocação total, prevista até 18 meses após a emissão. Como já mencionado, 100% dos recursos serão utilizados para financiar os 42 projetos. A Tabela 2 apresenta a participação da emissão no custo em CAPEX dos projetos elegíveis. Verifica-se que o valor total da emissão é menor do que o custo dos projetos verdes. Além disso, não há sobreposição de recursos desta emissão com emissões anteriores dos acionistas, com uso de recursos em projetos diferentes.

Gestão de recursos



Tabela 3. Estimativa de custo dos projetos elegíveis vs. emissão verde

Projeto	Valor estimado para CAPEX dos projetos (R\$)	Representatividade da emissão no custo total em CAPEX dos projetos (%)
Valor estimado das usinas	302.090.308,15	99,7
Valor da emissão	300.000.000,00	

Vale destacar ainda, que a escritura tem cláusulas de vencimento antecipado, caso os recursos sejam destinados de maneira distinta ao previsto nos documentos da emissão e no caso de irregularidades ambientais.

A GDS informa que não terá uma conta exclusiva para a emissão, de forma que o valor captado ficará na conta da emissora. Portanto, não ficará segregada dos demais recursos da GDS.

Recursos temporariamente não alocados

Os recursos para gastos futuros ficarão em Certificado de Depósito Bancário (CDB), instrumento para alocação temporária de renda fixa e baixo risco de contaminação.

Os recursos não serão segregados em contas separadas das contas da empresa. Portanto, o nível de alinhamento da Gestão dos Recursos (*Green Bond Principle 3*) é **Confortável**.



Relato



A GDS se compromete em reportar as demonstrações financeiras auditadas por auditor independente e relatar informações socioambientais relacionadas à emissão, a cada dois anos, as quais serão disponibilizadas para o público em geral pelo *website* da empresa. O reporte desses indicadores ocorrerão à nível de emissão, em até 24 meses após a emissão e a cada dois anos. Os indicadores a serem relatados são:

Indicadores Financeiros:

- a) Volume de recursos alocados nos projetos (R\$);
- b) Recursos alocados temporariamente em instrumentos financeiros, antes de serem utilizados nos projetos (R\$).

Indicadores Ambientais:

- a) Capacidade instalada total (MW);
- b) Quantidade de energia renovável gerada (MWh/ano);
- c) Emissões de carbono evitadas em relação à energia gerada (tCO₂eq/ano);
- d) Status do licenciamento ambiental dos projetos

Os compromissos descritos neste Parecer Independente serão objeto de verificação externa em até 24 meses após a emissão, realizado pela NINT. Este Parecer e o Parecer de Pós-emissão serão disponibilizados no *website* da Emissora para o público em geral.

A granularidade dos indicadores será a nível de emissão e não à nível de projeto. Portanto, o nível de alinhamento do Relato (*Green Bond Principle 4*) é **Confortável**.

Equipe técnica responsável

Patricia Herkenhoff

Analista Sênior

patricia.herkenhoff@nintgroup.com

Isabela Coutinho

Coordenadora ASG

isabela.coutinho@nintgroup.com

Cristóvão Alves

Avaliador Líder

crisovao.alves@nintgroup.com

Rio de Janeiro, 19/10/2022



Declaração de Responsabilidade

A NINT não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da GDS Holding S.A. ou de suas controladoras e/ou sócias. A NINT foi responsável por Parecer de Segunda Opinião de emissão verde anterior de suas controladoras. A NINT declara, desta forma, não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da presente emissão.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela GDS Holding S.A. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a NINT⁹ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁹ A responsável final por esse relatório é a NINT - Natural Intelligence Ltda., que opera sob o nome fantasia de NINT.



3. Análise ASG dos projetos

Esta seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental dos empreendimentos, visando identificar se os planos e programas implementados e previstos são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade dos projetos em contribuir para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente e para a transição de uma economia de baixo carbono. Complementar a isso, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os projetos.

A avaliação da performance socioambiental associada a implementação das usinas foi realizada considerando a atual fase dos projetos e tendo como referências a legislação brasileira e os Padrões de Desempenho (PD) da IFC - *International Finance Corporation*¹⁰. De forma a fundamentar a avaliação dos PDs, foram verificadas - com uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) - eventuais interferências do projeto com áreas de sensibilidade socioambiental (como unidades de conservação¹¹, áreas quilombolas¹², assentamentos do INCRA¹³, territórios indígenas¹⁴, sítios arqueológicos¹⁵, entre outros).

A performance socioambiental do projeto apresentou os seguintes resultados:

- Desempenho avaliado como **Confortável** nas dimensões Gestão Socioambiental, Ambiental, Comunidades e Trabalhadores.
- Não foram encontradas controvérsias relacionadas aos projetos.

Mais detalhes sobre a performance ambiental dos projetos elegíveis encontram-se no Quadro 2.

Quadro 2. Análise da performance socioambiental dos projetos

Gestão socioambiental		Confortável
-----------------------	--	-------------

- **Licenças e autorizações ambientais:**

As usinas solares que serão financiadas com recursos desta emissão se dividem entre etapas mais avançadas, em que o empreendimento já possui anuência do órgão ambiental, até projetos que estão previstos, mas ainda não tem local definido. Sendo assim, a seguir são apresentados os projetos que, de acordo com a emissora, estão em conformidade com o órgão ambiental, seja com dispensa de licenciamento ou emissão de licença ambiental simplificada. Alguns projetos contam com o alvará de construção, enquanto parte dos projetos ainda necessita do documento e, em posse, necessita da apresentação das evidências. Entre as evidências, são apresentadas as relativas aos projetos em estágio mais avançado, na tabela 4.

¹⁰ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

¹¹ <http://mapas.mma.gov.br>

¹² <http://certificacao.incra.gov.br>

¹³ <http://certificacao.incra.gov.br>

¹⁴ <http://www.funai.gov.br>

¹⁵ <http://portal.iphan.gov.br/>



Tabela 4. Licenças e documentos dos projetos

Usina/Projeto	Licença/Autorização	Órgão	Número	Emissão	Validade
UFV GDS 1 - Ipiranga CELESC Modelo/SC	Certidão de Conformidade Ambiental	Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina	Nº 611132/2022	13/04/2022	22/12/2022
	Dispensa de Alvará de Construção	Setor de Tributação da Prefeitura de Modelo/SC	N/A	14/04/2022	N/A
UFV GDS 1 - Ipiranga ENEL GO Ipameri/GO	Alvará de Construção	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Ipameri/GO	Nº 057/2022	24/06/2022	N/A
	Licença Ambiental Simplificada	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos de Ipameri/GO	Nº 135/2022	09/05/2022	31/12/2023
UFV GDS 1 - Ipiranga COELBA Serra do Ramalho/BA	Alvará de Construção	Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho/BA	Nº 00019/2022	25/05/2022	25/12/2022
	Licença Ambiental Simplificada	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Serra do Ramalho/BA	Nº 037/2022	26/05/2022	26/05/2024
UFV GDS 1 - Ipiranga CPFL Boituva/SP	Dispensa de Licenciamento	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	Nº 61002181	20/05/2022	N/A
UFV GDS 1 - Ipiranga EDP Guararema/SP	Dispensa de Licenciamento	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	Nº 26002588	25/05/2022	N/A
UFV GDS 1 - Ipiranga ELEKTRO Santa Fé do Sul/SP	Dispensa de Licenciamento	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	Nº 62001055	06/04/2022	N/A
UFV GDS 2 - Aegea LIGHT Itaguaí/RJ	Dispensa de Licenciamento	Instituto Estadual do Ambiente - RJ	SEI-070002/002827/2022	11/03/2022	N/A

• **CAR**

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais no Brasil. Criado pela Lei nº 12.651/2012¹⁶, sua finalidade é integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente (APPs), de uso restrito, de Reserva Legal (RL), de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, a fim de manter uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

¹⁶ LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.



De acordo com a Lei 12.651/2012, todo imóvel rural com mais de quatro módulos fiscais em sua área deve manter um mínimo de 20% da área total com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal (RL); caso contrário, o imóvel é isento de cumprir tal exigência.

A empresa forneceu as informações encontradas no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)¹⁷, que apresentam o estado do CAR dos imóveis rurais onde serão implantadas as usinas solares fotovoltaicas. É importante destacar que somente parte delas estão com o local definido, sendo assim, a empresa não possui o CAR de todas as áreas rurais onde serão construídos os 42 projetos. Até o momento, nenhuma dos locais tem mais de quatro módulos fiscais.

- **Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Certificados:**

Os projetos foram idealizados pela empresa na ampliação de seu portfólio de fontes de energia renovável e para atendimento conforme a necessidade de clientes. A GDS não possui Sistema de Gestão Ambiental formalizado. Conforme organização interna, a GDS contratou uma equipe externa para assessoria jurídica de advocacia, com vasta experiência no ramo de atividade da emissora e com profissionais de áreas complementares para análise, aconselhamento e desenvolvimento dos projetos, além de garantir a conformidade ambiental das usinas. Complementarmente, a GDS informa que para esta emissão foi realizada uma *due diligence* geral da emissora pelo assessor jurídico do Banco.

Ambiental



Confortável

- **Interferência em áreas sensíveis:**

Os projetos que tem localização e dimensão aproximada definida não apresentam interferência em áreas legalmente protegidas, áreas de ocupação de populações quilombolas, indígenas, assentamentos, com presença de sítios arqueológicos ou culturais, conforme Anexo II - Análise de sensibilidade. Somente, o projeto no Distrito Federal localizado em uma área de proteção que ocupa a maior parte da região, não apresentando interferência. Com a definição da localização dos demais projetos, esta análise deve ser confirmada.

- **Interferência na biodiversidade local:**

As usinas não contam com planos e estudos técnicos sobre o potencial de interferência na biodiversidade local nas suas áreas de influência. Além disso, é previsto o corte de árvores isoladas para a implantação das usinas. Cabe destacar que em nenhum documento da GDS há menção a biodiversidade, fauna e flora.

- **Resíduos sólidos:**

A empresa ainda não elaborou PGRS para as usinas neste momento. Os principais resíduos gerados durante a fase de construção da usina são provenientes da construção civil, já durante a operação, podem ser gerados resíduos de óleo e graxa. Em relação a destinação final dos painéis fotovoltaicos, a empresa informou que estes têm vida útil entre 25 e 30 anos. Ainda não foi elaborado um plano de descomissionamento ou de logística reversa. Nenhuma previsão de implementação foi dada.

- **Recursos hídricos e efluentes:**

¹⁷ <https://www.car.gov.br/>



Não foram identificadas evidências de uso de recursos hídricos, tampouco manejo de efluentes por parte das usinas.

- **Emissões atmosféricas e gases do efeito estufa (GEE):**

A GDS não possui Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) nem realiza o controle e cálculo anual de emissão de GEE para implementação e operacionalização das Usinas. Cabe ressaltar que não há, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, demanda quanto ao monitoramento das emissões de GEE.


No entanto, conforme Tabela 5, é possível calcular o potencial de redução de emissões de carbono evitadas em relação à eletricidade gerada (tCO₂eq/ano) de cada empreendimento com a aplicação do Fator Médio Anual e emissões de GEE de 2021, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). As emissões evitadas de GEE são estimadas multiplicando-se o fator de emissão de GEE da rede elétrica brasileira (em tCO₂/ MWh) pela geração bruta anual de energia.

Tabela 5. Emissões evitadas de GEE das usinas

Projeto/Usina	Estimativa Geração de energia (GWh/ano)	Emissões evitadas (tCO ₂ e/ano)
Usinas GDS	124,16	15.693,82 tCO ₂ eq

Fonte: GDS Subholding S.A. Elaboração NINT.

Conforme Tabela 5, a partir da geração de energia de fonte fotovoltaica gerada nas 42 usinas estimada em 124,16 GWh por ano, é possível estimar que serão evitadas emissões de 15.693,82 tCO₂eq por ano.

Comunidades	 Satisfatório
--------------------	--

- **Saúde e segurança da comunidade:**

Não foram relatados impactos sobre as comunidades vizinhas aos projetos. Contudo, conforme as normas de saúde e segurança, é importante que a implantação leve em consideração que os projetos tenham sinalização de segurança, instalação de disposição de proteção coletiva, alambrados de isolamento e extintores de incêndio. É necessário que a informação seja checada, especialmente para a análise pós emissão. Ademais, a empresa não disponibilizou canal para comunicação com a comunidade, denúncias e ouvidoria.

- **Impacto em comunidades tradicionais:**

Pela análise de sensibilidade socioambiental realizada, se conclui que nenhum dos empreendimentos interfere em territórios de povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, ou assentamentos do INCRA. Contudo, conforme a localidade de todos os empreendimentos sejam definidas, é necessário que a informação seja checada, especialmente para a análise pós emissão.

- **Reassentamento involuntário:**

Não há evidência de realização de reassentamento involuntário associado aos empreendimentos.

- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais:**



Pela análise de sensibilidade socioambiental realizada, se conclui que nenhum dos empreendimentos interfere em sítios arqueológicos e culturais.

Trabalhadores



Satisfatório

- **Condições de Trabalho e Gestão da Relação com os Trabalhadores:**

Em relação à governança, a E1 Energia possui Política de Diversidade e Não Discriminação. Esse documento mostra as orientações que possibilitam fomentar um ambiente de trabalho inclusivo, valorizando a diversidade de pessoas e o respeito à individualidade de cada profissional. A abrangência dessa Política é para todos os administradores, funcionários e empresas controladas pela E1 Energia, além disso as entidades nas quais a companhia também tem participação seguem o conteúdo da Política de Diversidade e Não Discriminação.

A empresa também possui Código de Boas Condutas. O Código visa assegurar o padrão de integridade perante todos os stakeholders, sendo aplicado aos empregados, prestadores de serviço e entidades que a E1 Energia tem participação. A companhia possui uma Política de Compliance, que determina os princípios e diretrizes sobre a conduta corporativa, para que todos os colaboradores, incluindo a alta gestão e prestadores de serviço estejam cientes que devem cumprir as obrigações legais e regulamentares internas e externas, disseminando essa conduta em sua cultura.

Porém, a empresa não apresentou evidências de que monitora as condições de trabalho, os acidentes de trabalho, a saúde e segurança de trabalhadores dos fornecedores e documentos que comprovem práticas de gestão neste tema.

- **Proteção da mão-de-obra:**

No aspecto social, a E1 Energia detém uma Política de Proteção à Saúde e Segurança do Trabalho, estabelecendo os princípios e diretrizes que colaborem para um ambiente de trabalho pautado na valorização da vida, saúde, e segurança do colaborador. Essa Política é aplicável a todos os funcionários, prestadores de serviços - terceirizados ou não - e empresas controladas pela E1 Energia, que incentiva a adoção de suas práticas nas entidades que têm participação societária.

Em sua Política de Saúde e Segurança, a companhia determina algumas iniciativas visando criar um ambiente salubre e seguro, como: atuar preventivamente no gerenciamento de riscos à saúde e segurança dos colaboradores e terceiros, atendimento a requisitos legais, identificação e gerenciamento de riscos associados às atividades, instalações e serviços prestados, e procurar continuamente otimizar os processos, desenvolvendo soluções inovadoras capazes de melhorar as condições de trabalho.

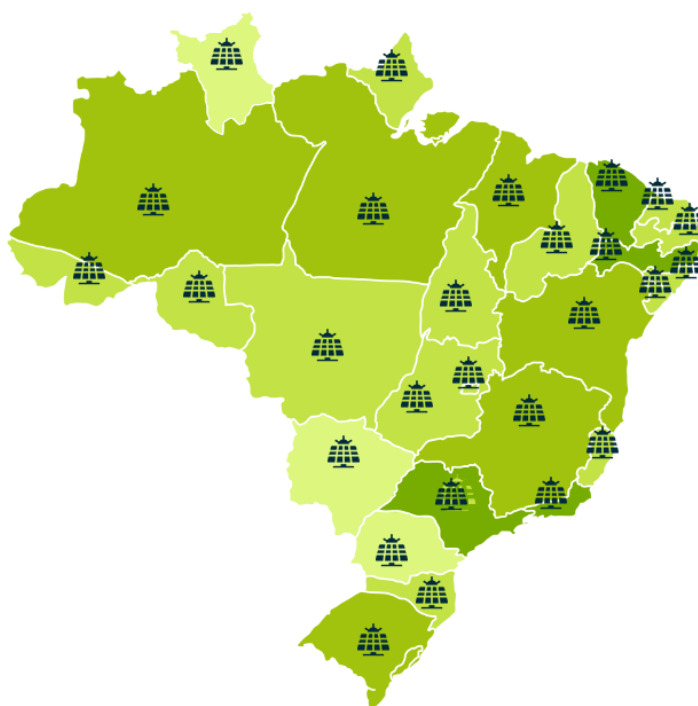


4. Análise ASG da GDS

Segundo o seu organograma societário, a GDS Energia Renovável S.A. se encontra 90% em posse da E1 Energias Renováveis S.A. e 10% em posse da GD Solar Holding S.A.. Devido a E1 ser sócia majoritária da empresa, foi informado que a GDS, empresa criada especificamente para os projetos da emissão, terá as mesmas diretrizes ambientais, sociais e de governança da E1 Energias. Sendo assim, a análise de performance socioambiental do emissor será feita considerando as práticas da sócia majoritária, E1 Energias Renováveis S.A.

Dessa forma, a E1 Energias Renováveis S.A configura-se por ser uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objetivo produzir energia ecologicamente neutra e renovável, atuando na construção e operação de usinas de cunho solar. Isto posto, segundo o site institucional, a Companhia possui 68 usinas localizadas em todas as 05 regiões do Brasil, nos 26 estados e no Distrito Federal (Figura 12). Ademais, a Companhia está presente em 70 cidades brasileiras e, de acordo com o site institucional, as usinas possuem a capacidade de criar, tanto de forma direta quanto indireta, cerca de 3.500 empregos.

Figura 1- Mapa com os estados atendidos pela E1 Energias Renováveis S.A



Fonte: Site institucional da E1 Energias Renováveis S.A

Por conseguinte, em relação aos números da Empresa, há 109 MWp (Mega Watt peak) no que tange à capacidade dos portfólios de projetos. Ainda, a companhia possui aproximadamente 285.000



modelos fotovoltaicos, gerando cerca de 14 GWh (Gigawatt-hora) por mês e, sendo assim, correspondendo ao abastecimento de em torno de 70 mil residências, reduzindo 30 toneladas de dióxido de carbono ao ano.

A E1 Energias Renováveis S.A. atua, de acordo com a Figura 13, ao longo de toda a cadeia da geração distribuída de energia, desde à esfera financeira até os processos operacionais e de manutenção. No tocante à operacionalização, a Companhia utiliza o modelo *Built to Suit* (BTS), que tem por escopo construir usinas consoante às demandas energéticas dos clientes, através de contratos de locação de equipamentos, de processos operacionais e de manutenção, além do arrendamento de terras. Desse modo, garantindo a exequibilidade dos projetos.

Figura 2 - Áreas de atuação da E1 Energias Renováveis S.A



Fonte: Site institucional da E1 Energias Renováveis S.A

ASPECTO AMBIENTAL

A E1 Energias Renováveis S.A dispõem de uma Política Socioambiental que objetiva criar diretrizes, normas e regras a fim de incrementar de maneira contínua dos processos tanto operacionais quanto administrativos no que tange ao desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. Ademais, a Política é cabível a todos os funcionários diretos e indiretos, como prestadores de serviço terceirizados e empresas controladas pela “E1 Energia”, além de haver, segundo o site institucional, incentivo à adoção da Política pelas demais entidades nas quais a Companhia possui participação societária.

Logo, no que tange às diretrizes propostas, a “E1 Energia”, a fim de cumprir com o objetivo de gerar energia ecologicamente neutra, renovável e de baixo impacto ambiental, comprometeu-se a desenvolver uma gestão ambiental de maneira sustentável, identificando e gerindo os possíveis impactos ambientais decorrentes dos processos operacionais, a fim de minimizá-los.

Por conseguinte, a Política estabelece o cumprimento legal das obrigações relevantes a ela, além de utilizar os recursos ecossistêmicos de maneira racional e eficiente. Ainda, a Política determina diretrizes relacionadas à conservação da biodiversidade, água, solo e ar, e monitorar os impactos relacionadas à instalação de usinas e sistemas operacionais, agindo de forma a prevenir impactos de maior grandeza e controlar possíveis riscos socioambientais.

As operações da Companhia contam com um Plano de Emergência Ambiental que visa identificar e caracterizar cenários emergências que tenham o poder de causar danos ambientais e incidentes



perigosos ou prejudiciais, além de propor ações de mitigação e de conduta (orientações e procedimentos). Sendo assim, o Plano também tem por objetivo informar seus funcionários acerca da prevenção e combate de sinistros, garantindo que os colaboradores possuam conhecimento sobre os procedimentos relacionados aos processos operacionais da Companhia, evitando assim, acontecimentos danosos, como acidentes ambientais.

Ainda sob a visão do Plano de Emergência Ambiental, há o estabelecimento de difusão de educação ambiental, com ênfase nos aspectos relacionados às atividades de apoio à gestão e redução de efluentes indústrias e resíduos (sólidos e/ou líquidos), a fim de desenvolver e incrementar uma visão integrada do meio ambiente e de seus fluxos relacionais, estimular consciência crítica e holística acerca das problemáticas socioambientais, incentivar a participação no que tange a defesa da qualidade ambiental, estimulando o comportamento cidadão e, entre outros aspectos, a determinação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

A Companhia conta com uma Epcista (EPC - *Engineering, Procurement and Construction*), a ECO Soluções em Energia, que tem por finalidade democratizar o acesso à energia renovável. A ECO conta com capacidade ou potência instalada de aproximadamente 90 MWp e mais de 12MWp de energia gerada ao ano, restando a emissão de cerca de 290 milhões de quilos de dióxido de carbono ao ano. Outrossim, possui tanto um Plano de Emergência Ambiental (PEA), que objetivam, de maneira geral, na caracterização dos resíduos gerados, além normas relacionadas ao acondicionamento e destinação final deles. Também estabelece medidas relacionadas ao controle de emissões de poluentes atmosféricos, poluição sonora, tráfego de veículo, entre outras medidas. Além disso, há uma Comissão de Emergência Ambiental (CEA), que visa prevenir e administrar, além de auxiliar na tomada de decisões relacionadas às ocorrências ambientais.

ASPECTO SOCIAL

A “E1 Energia” dispõe de uma Política de Diversidade e Não Discriminação, que visa estabelecer princípios e diretrizes que proporcionem um ambiente de trabalho mais inclusivo e de valorização à diversidade humana e respeito à individualidade. Isto posto, a Política aplica-se a todos os colaboradores, tanto diretos quanto indiretos, como prestadores de serviço terceirizados e empresas controladas pela “E1 Energia”, além de haver incentivo à adoção da Política pelas demais entidades nas quais a Companhia possui participação societária.

Isto posto, as diretrizes prezam pela intolerância a qualquer forma de discriminação e preconceito, tanto por motivos relacionados a sexo, idade, etnia, cor, estado civil, condição socioeconômica ou qualquer outra característica. Dessa forma, a Companhia compromete-se, segundo sua Política de Diversidade e Não Discriminação, a promover a diversidade e inclusão social.

Ademais, de acordo com a Política de Diversidade e Não Discriminação, há a promulgação de ações que objetivam garantir o bom convívio e respeito entre os funcionários e colaboradores, a fim de alavancar a pluralidade de identidade, culturas e religiões, além de incentivar denúncias quando houver o descumprimento das diretrizes propostas na Política.

Por conseguinte, a “E1 Energia” possui uma Política de Proteção à Saúde e Segurança do Trabalho, na qual tem o intuito de estabelecer princípios e diretrizes, tanto para funcionários diretos e indiretos (terceirizados) e a empresas controladas pela “E1 Energia”, que contribuam para um ambiente de trabalho saudável e de valorização à vida, saúde e segurança do trabalhador.



Para mais, as diretrizes objetivam a criação de um ambiente salubre e seguro através de práticas de prevenção e gerenciamento de riscos, ao atendimento de requisitos legais no que tange a saúde do trabalhador, no fornecimento de equipamentos de proteção individual e na melhoria dos processos operacionais, visando soluções que contribuam para a otimização da saúde e segurança dos colaboradores, fornecedores e terceirizados.

No que diz respeito a ECO - Soluções em Energia, os mais de 350 funcionários da empresa atuam nas instalações de acordo com as Normas Regulamentadoras 10, 18 e 35, que respectivamente, destinam-se a trabalhadores que possuam contato direto ou indireto com eletricidade, que atuam na construção civil e que trabalhem em altura.

ASPECTO GOVERNANÇA CORPORATIVA

No que diz respeito a Governança Corporativa, a E1 Energias Renováveis S.A dispõem de um Código de Boas Condutas que objetiva a implantação de regras, diretrizes e princípios éticos a fim de orientarem a conduta profissional dos funcionários diretos, colaboradores e fornecedores, com o intuito de garantir princípios de integridade, moral e ética perante os *stakeholders e shareholders*. Ainda sob a visão do Código de Boas Condutas, evita-se o conflito de interesses, confraternização com fornecedores e colaboradores sem a prévia autorização de níveis hierárquicos superiores (Alta Administração), assim como a doação e oferecimento de dinheiro, além da não participação de qualquer atividade política ou doação de recursos para campanhas eleitorais.

A Companhia também possui uma Política de *Compliance*. Dessa forma, o documento tem por escopo instituir regras, normas e diretrizes sobre a conduta corporativa, englobando todos os dirigentes, funcionários, colaboradores e fornecedores, a fim de que desenvolvam suas atividades de acordo com as diretrizes propostas, determinações legais, regulamentares, normativas e procedimentais.

Outrossim, a Política compromete-se com os padrões de integridade e valores éticos propostos no Código de Boas Condutas, a fim de reduzir riscos financeiros, riscos de sanções legais e danos à imagem da Companhia decorrentes à falta de comprometimento com as disposições legais. Dessa forma, cabe à Alta Administração a responsabilidade por acompanhar e gerenciar os riscos relacionados ao *Compliance*. Ainda, há a presença de um Comitê de *Compliance*, que auxilia a Alta Administração no gerenciamento dos riscos.

Ademais, há a Política Anticorrupção, que possui o intuito de estabelecer, de acordo com as leis aplicáveis, medidas que promovam o combate à corrupção, licitações e contratos e legislação correlata, a fim de mitigar situações de potencial risco.

Sendo assim, de acordo com a Política, a “E1 Energia” tange qualquer forma de suborno ou corrupção, proibindo aos administradores, colaboradores e fornecedores a oferta, solicitação ou recebimento de pagamento impróprio. Ainda, comprovada a conduta irregular, há a possibilidade de infrações, medidas disciplinares e penalidades de acordo com as normativas internas, legislação trabalhista e legislação anticorrupção nacional e internacional. Outrossim, a Companhia conta com um canal de denúncias, reclamações e sugestões.



PESQUISA DE CONTROVÉRSIAS

Uma pesquisa sobre possíveis controvérsias ambientais, sociais e de governança foi feita para identificar gargalos envolvendo a Emissora e a E1 Energias Renováveis S.A que tenham gerado repercussão negativa na mídia. Nada foi identificado. Isto posto, conclui-se que a companhia possui *know-how* e maturidade corporativa para mitigar, gerenciar e/ou evitar impactos diretos e indiretos de suas operações na sociedade e no meio ambiente.



Anexo I - Método

A análise da NINT é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de duas etapas:

- 1) Avaliação da Emissão - avaliar se a aplicação dos recursos possui potencial de impacto ambiental positivo, condizente com a condição de Título Sustentável. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)* e *Social Bond Principles (SBP)*.
 - Uso dos Recursos (Use of Proceeds): propósito da emissão e alinhamento desse com as categorias dos Green Bond Principles, Social Bond Principles, Climate Bonds Taxonomy e European Union Taxonomy;
 - Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (Process for Project Evaluation and Selection): procedimentos utilizados na escolha dos ativos e projetos investidos, alinhamento desses com a estratégia da empresa e garantia de benefícios socioambientais associados;
 - Gestão dos Recursos (Management of Proceeds): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para atividades elegíveis como verdes ou sociais;
 - Relato (Reporting): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados das operações financiadas com os recursos.

- 2) Performance ASG da Empresa - avaliamos a empresa operadora do projeto/emissão de acordo com melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI¹⁸ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
 - Controvérsias¹⁹ que a empresa está envolvida.

Legendas

Quadro 2 - Níveis de Asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que

¹⁸Para mais Informações, acessar: <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

¹⁹ O conceito de controvérsia é baseado na publicação “CONTROVÉRSIAS ASG 2017” (<https://www.NINT.net/publicacoes/controversias-asg-2017/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.



transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.

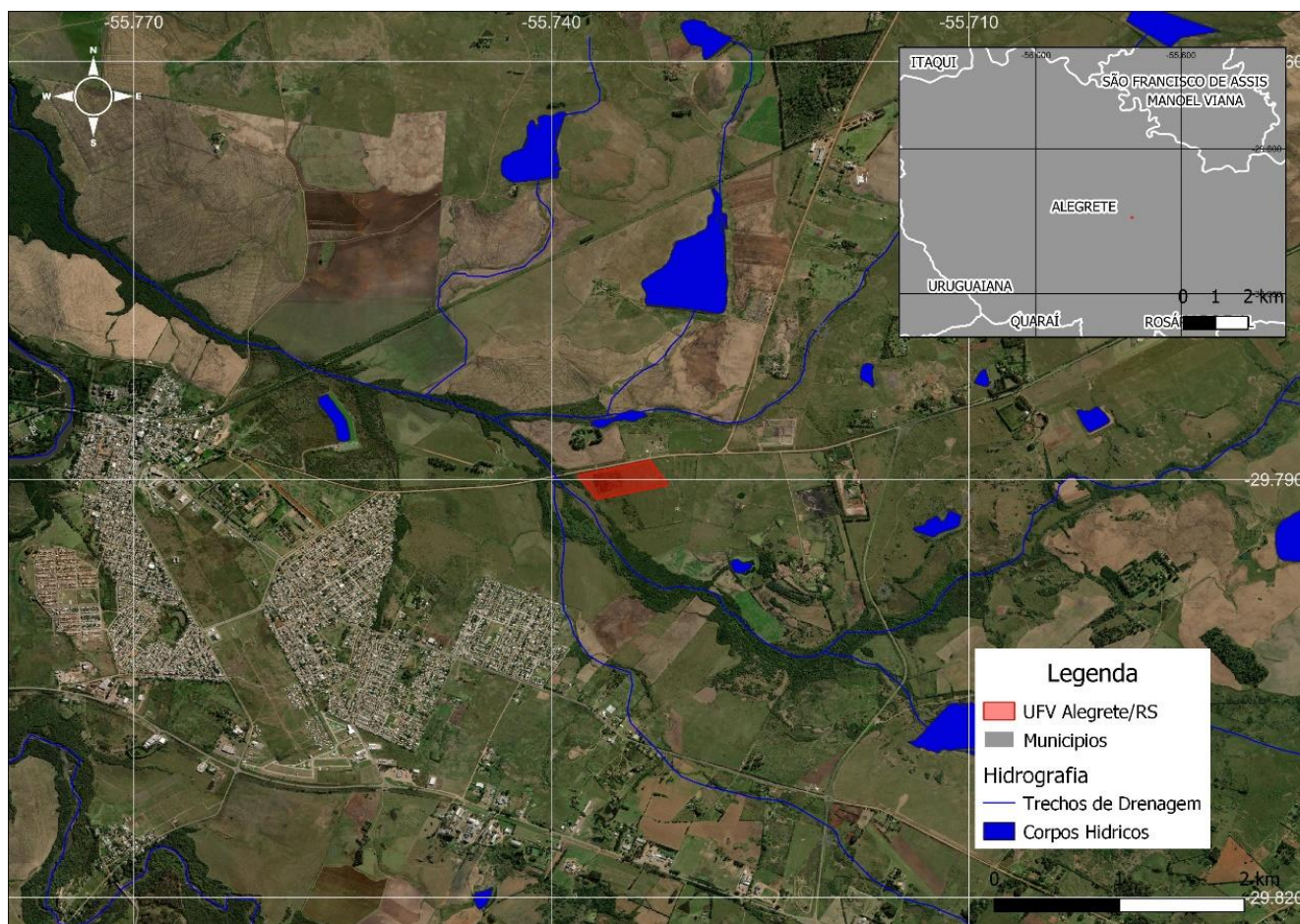
Limitado

Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.



Anexo II - Análise de sensibilidade

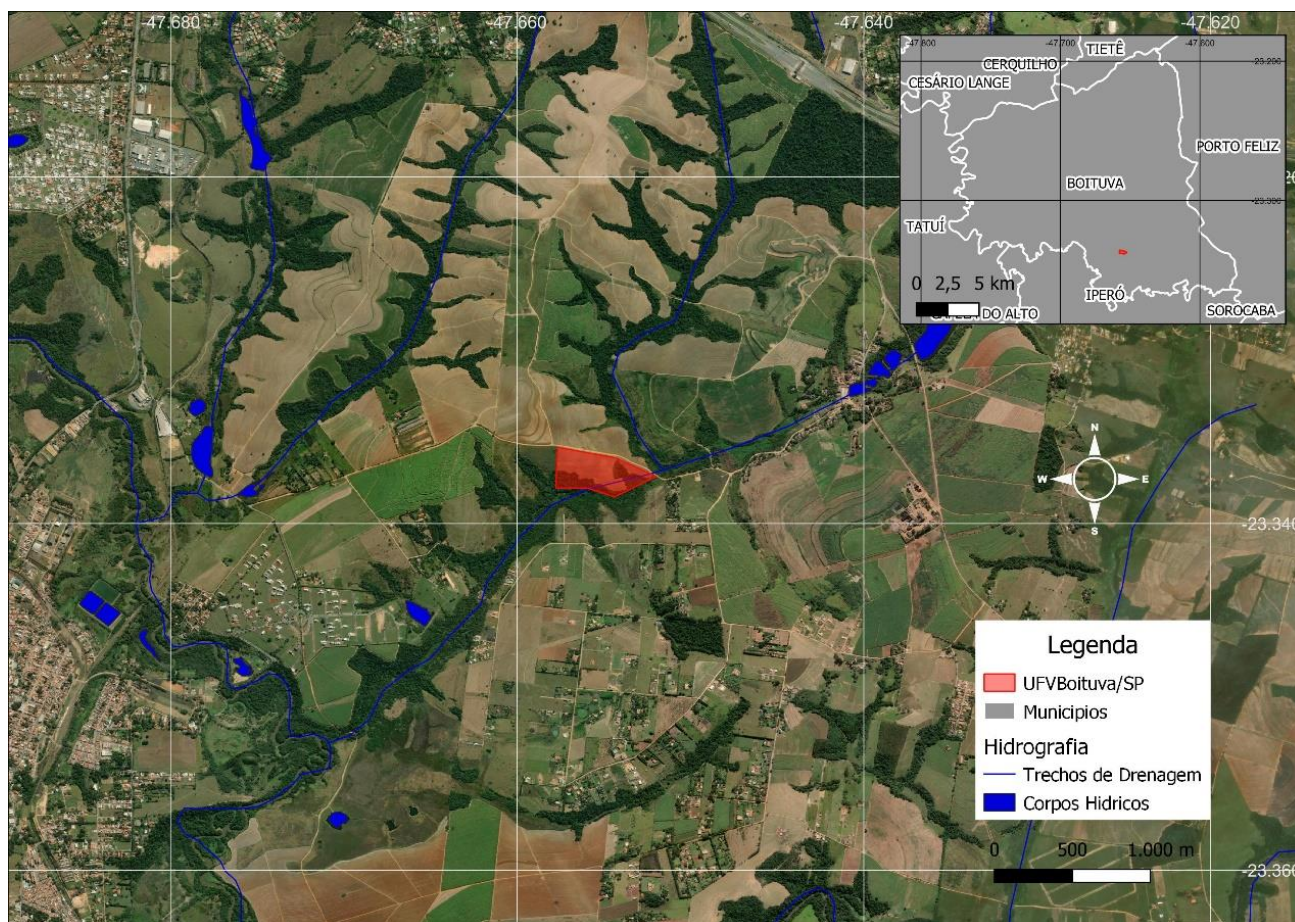
Figura 3. Análise de sensibilidade do projeto de usina solar em Alegrete - RS



Fonte: GDS Subholding S.A. Elaboração: NINT



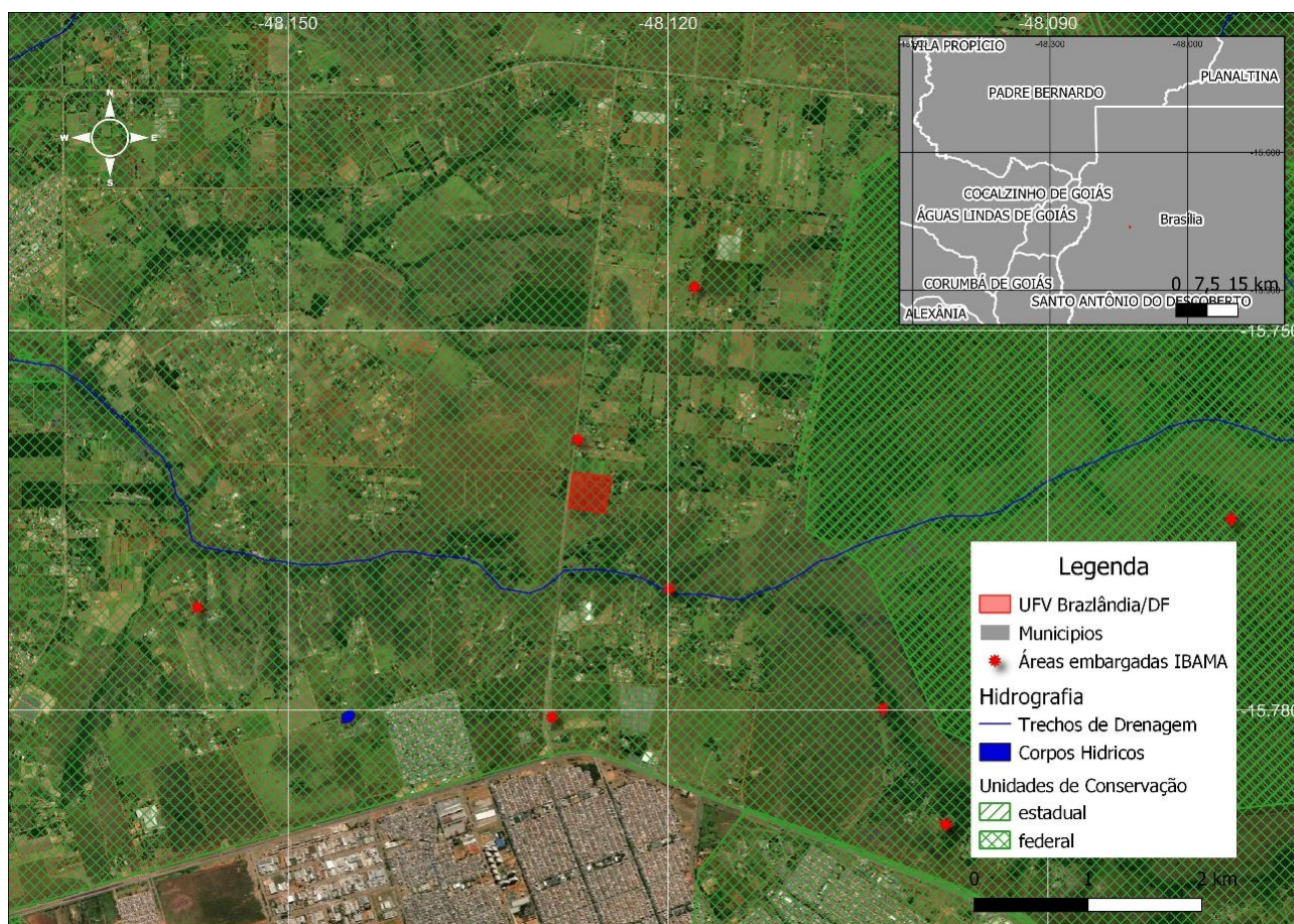
Figura 4. Análise de sensibilidade do projeto de usina solar em Boituva - SP



Fonte: GDS Subholding S.A. Elaboração: NINT



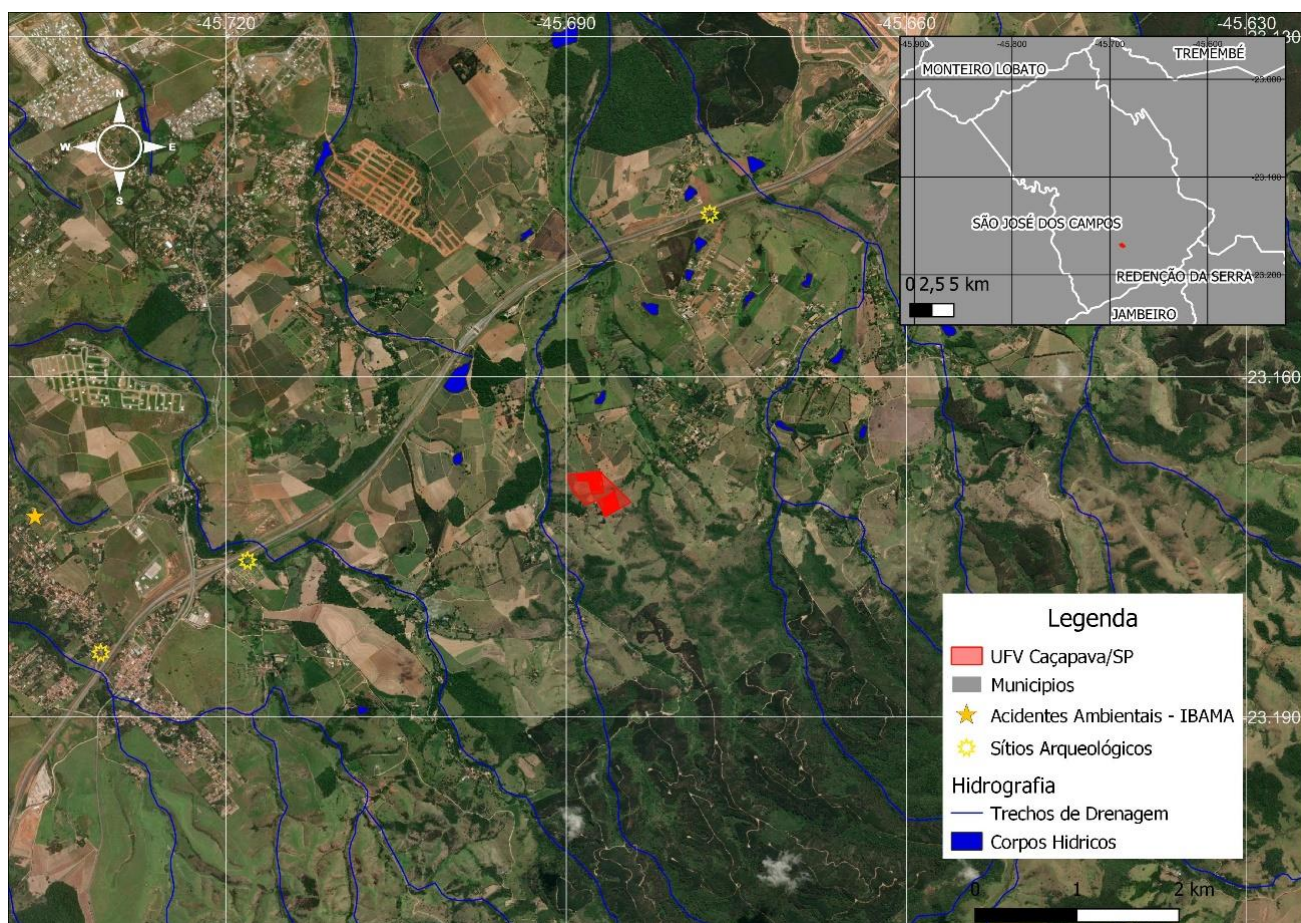
Figura 5. Análise de sensibilidade do projeto de usina solar em Brazilândia - DF



Fonte: GDS Subholding S.A. Elaboração: NINT



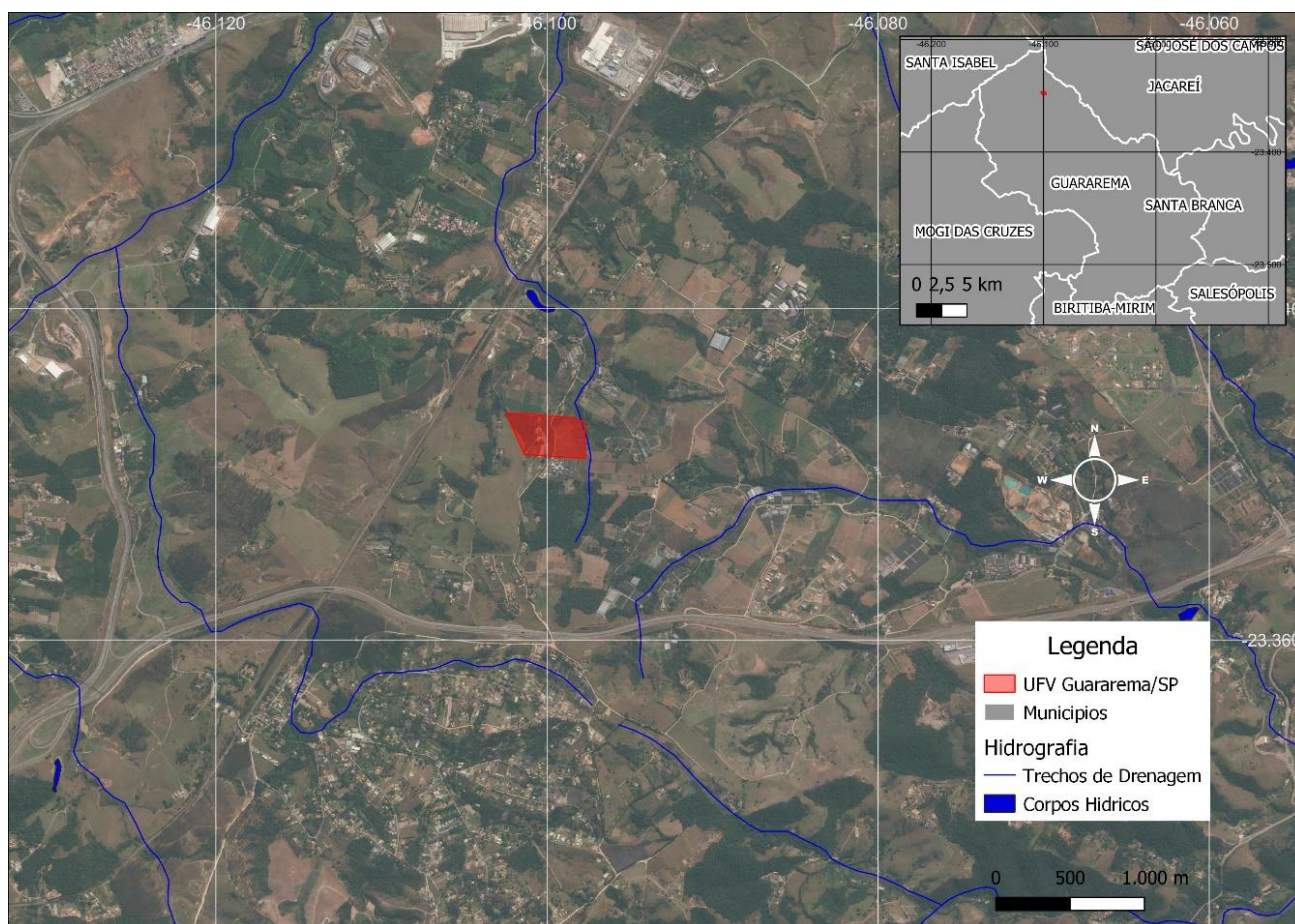
Figura 6. Análise de sensibilidade do projeto de usina solar em Caçapava - SP



Fonte: GDS Subholding S.A. Elaboração: NINT



Figura 7. Análise de sensibilidade do projeto de usina solar em Guararema - SP



Fonte: GDS Subholding S.A. Elaboração: NINT



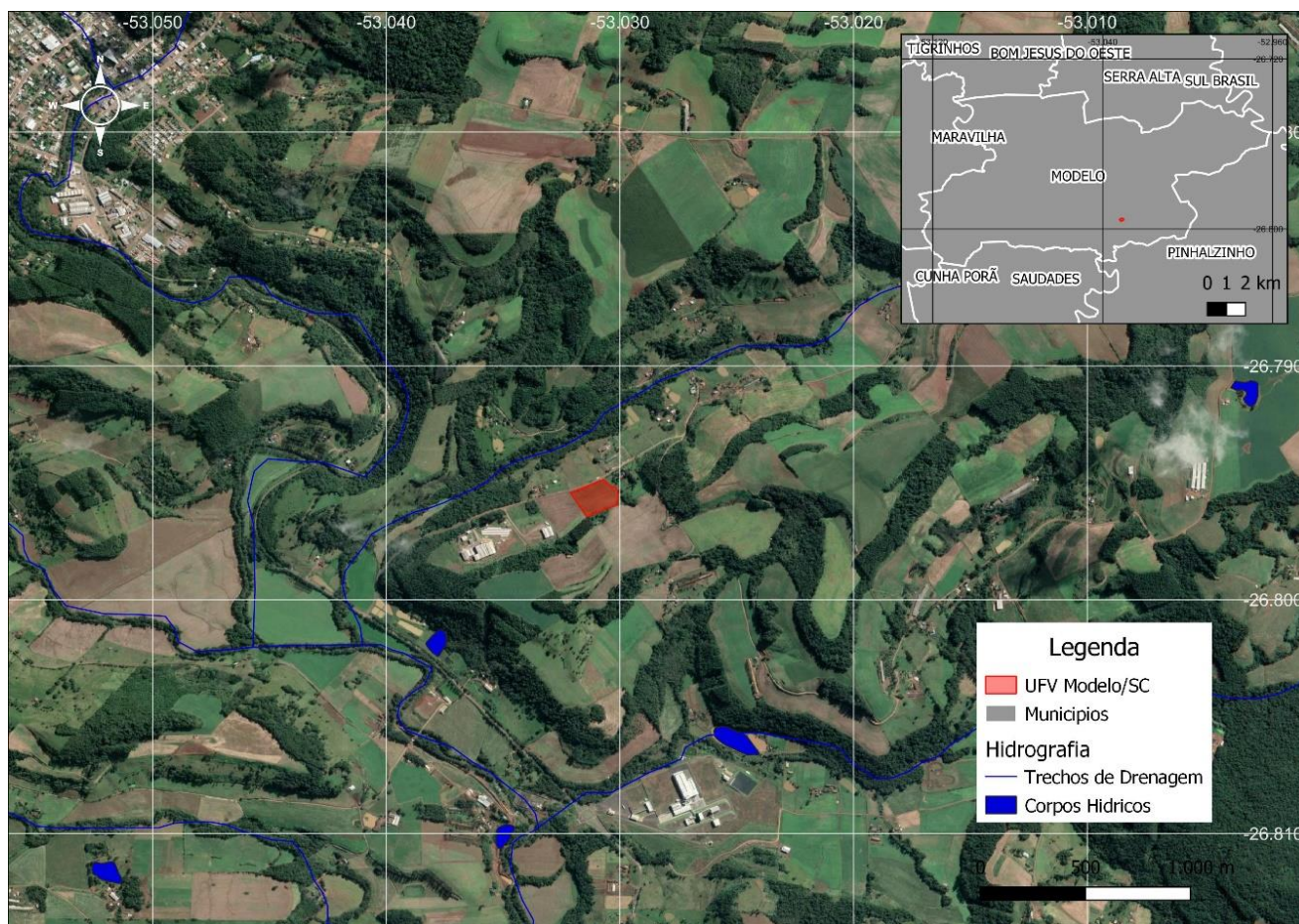
Figura 8. Análise de sensibilidade do projeto de usina solar em Ipameri - GO



Fonte: GDS Subholding S.A. Elaboração: NINT



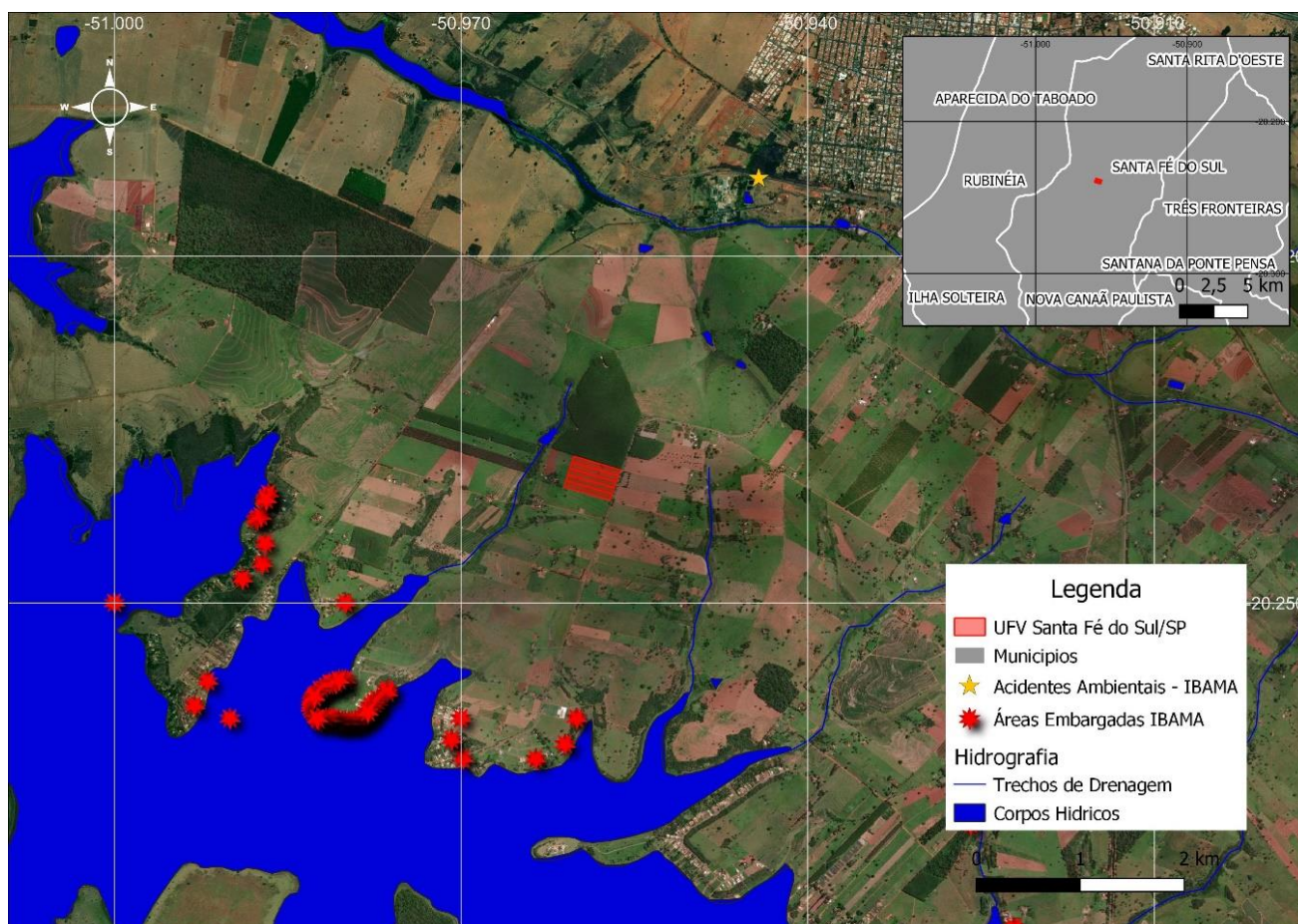
Figura 9. Análise de sensibilidade do projeto de usina solar em Modelo - SC



Fonte: GDS Subholding S.A. Elaboração: NINT



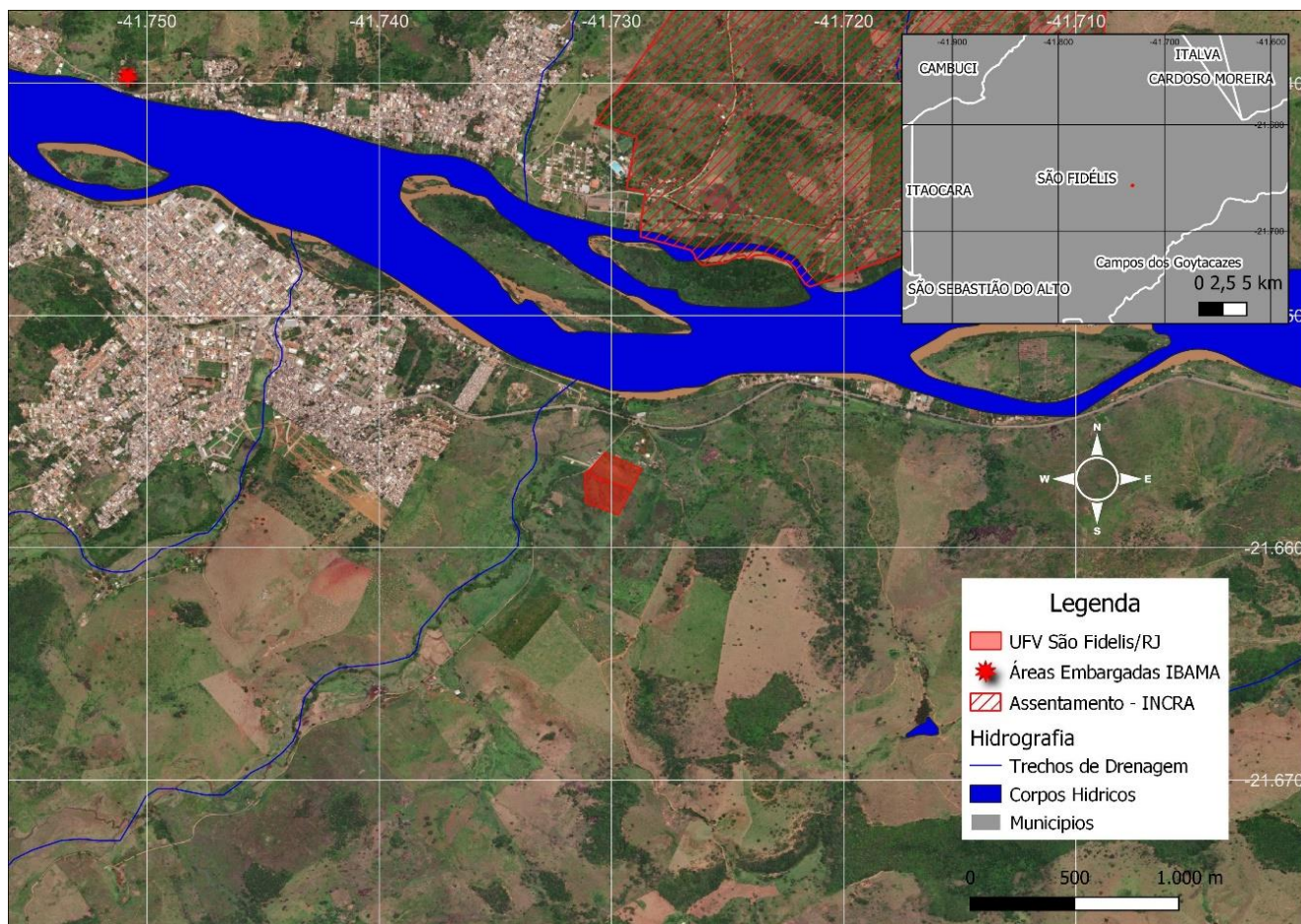
Figura 10. Análise de sensibilidade do projeto de usina solar em Santa Fé do Sul - SP



Fonte: GDS Subholding S.A. Elaboração: NINT



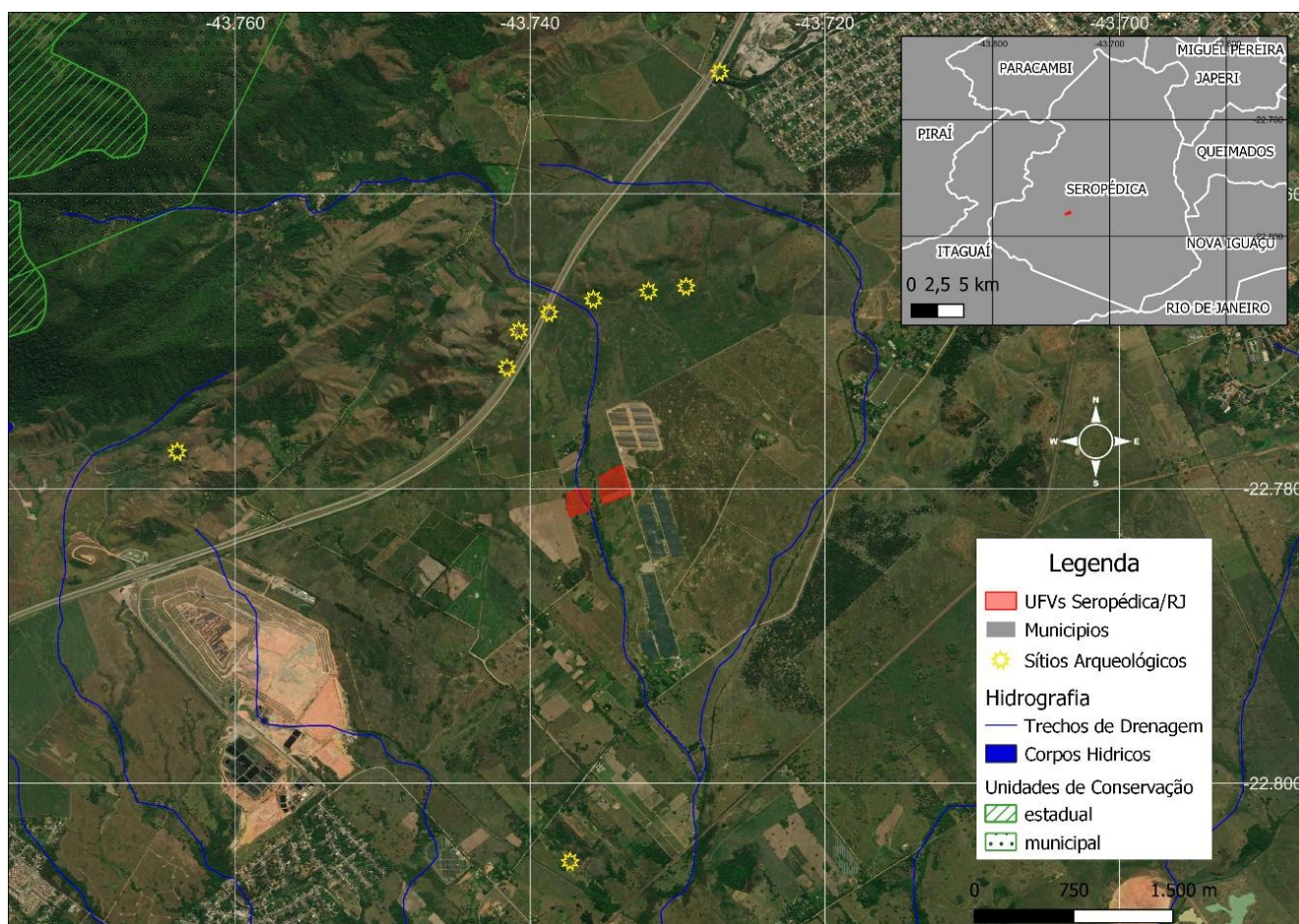
Figura 11. Análise de sensibilidade do projeto de usina solar em São Fidélis - RJ



Fonte: GDS Subholding S.A. Elaboração: NINT



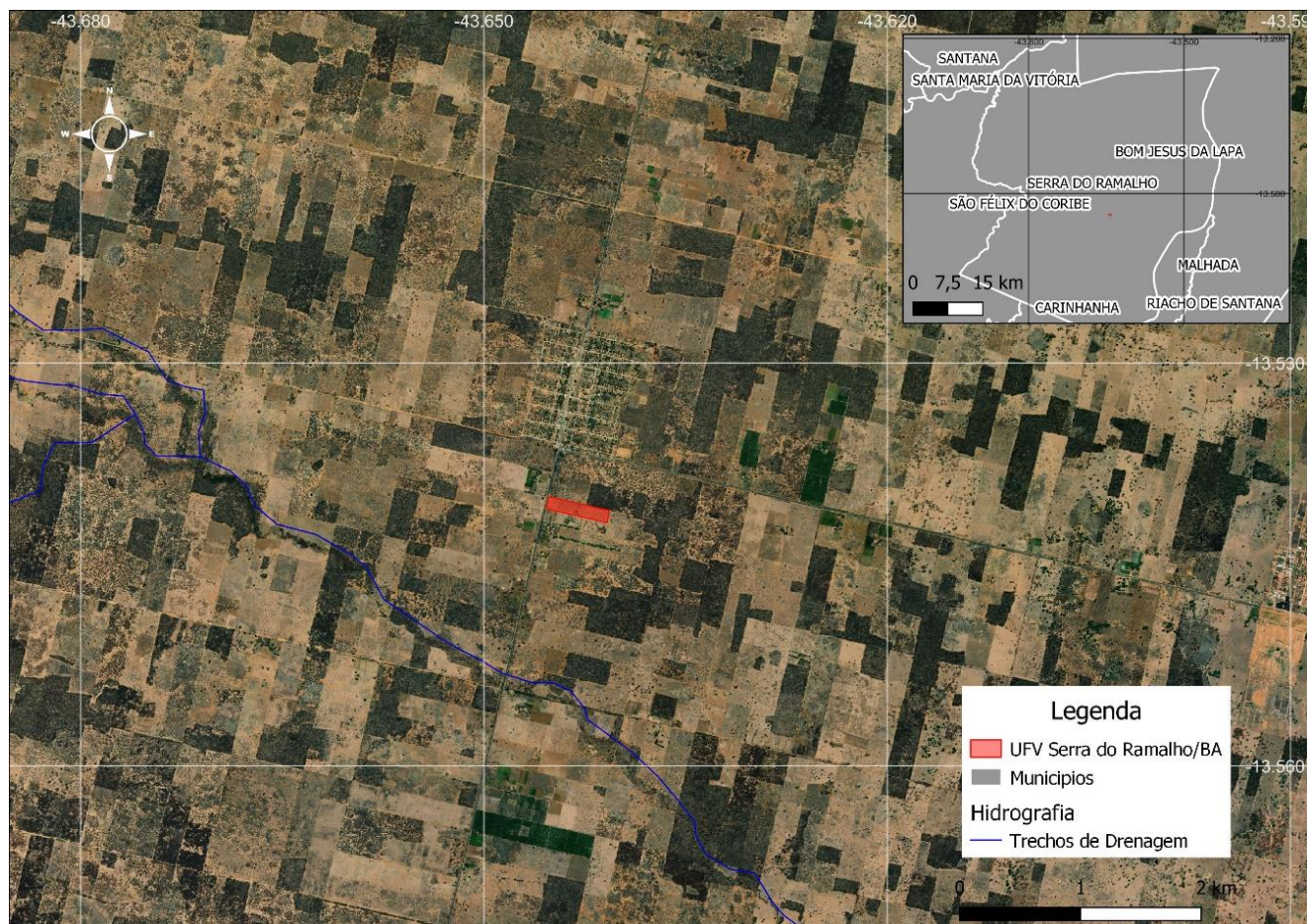
Figura 12. Análise de sensibilidade do projeto de usina solar em Seropédica - RJ



Fonte: GDS Subholding S.A. Elaboração: NINT



Figura 13. Análise de sensibilidade do projeto de usina solar em Serra do Ramalho - BA



Fonte: GDS Subholding S.A. Elaboração: NINT



Green Bond Form

Green Bond External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: GDS Subholding S.A
Review provider's name: NINT - Natural Intelligence
Completion date of this form: 19/October/2022
Publication date of review publication: October 2024 (estimate)

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to NINT, GDS Subholding's issuance is aligned with the Green Bond Principles and is thus eligible to market as a Green Bond. The proceeds will finance the implementation of 42 photovoltaic solar power generation plants, estimated to be installed within 18 months of the issuance. The temporary investments will be allocated in fixed-income instruments, mostly linked to the CDI. The issuer is committed to report every two years the allocation of proceeds and the environmental benefits of the projects on its website. We conclude that GDS Subholding S.A. has the capacity to measure, prevent, mitigate and offset risks and sustain the conditions that give the issuance the status of Green Bond.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: According to NINT, GDS Subholding's issuance is aligned with the Green Bond Principles and is thus eligible to market as a Green Bond. 100% proceeds will finance the implementation of 42 photovoltaic solar power generation plants. The financed projects meet the eligibility requirements in the Climate Bonds Taxonomy and are aligned with the GBP. The company will allocate future expenses until April 2024.

Use of proceeds categories as per GBP:



- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs:

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable): The issuance is aligned with the ESG strategies of GDS Subholding S.A. Their selection process includes economic viability of technology, technical and engineering studies, environmental licensing and connection approval to local energy distributors. The assets meet the CBI sectorial criteria, since the project falls into the category of onshore solar electricity generation facilities. The avoided emissions from the 42 photovoltaic plants are estimated at 15693.82 tCO₂eq per year, the total installed capacity is estimated at 83.65 MW and the total energy generation is estimated at 124.16 GWh/year. Therefore, it is considered that GDS Subholding S.A. has adequate capacity to monitor and mitigate the adverse impacts resulting from its activities in eligible projects, as well as the capacity to guarantee the generation of the expected benefits.

Evaluation and selection

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond proceeds | <input type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

1. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): The proceeds amount to R\$ 300,000,000.00, and will be used to finance future investments in renewable energy projects. The emission will have a term



of 2 years. The management of the issuance proceeds will be in charge of GDS Subholding S.A. until their total allocation, estimated to occur 18 months after the issuance. The total value of the emission is lower than the cost of CAPEX green projects. The projects have not been nominated to other green or climate issuances. The proceeds will be allocated in the issuer's account. The temporary investments will be allocated in fixed-income instruments, mostly linked to the CDI.

Tracking of proceeds:

- Green Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner
- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

Additional disclosure:

- Allocations to future investments only
- Allocations to both existing and future investments
- Allocation to individual disbursements
- Allocation to a portfolio of disbursements
- Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

2. REPORTING

Overall comment on section (if applicable): GDS Subholding S.A. is committed to monitoring and reporting financial and socio-environmental information related to the issuance. The issuer is committed to report every two years the proceeds allocation and the environmental benefits of the projects in its website, until the maturity of the issuance. For the purposes of the operation, the indicators to be reported, at a issuance level, are: 1) Proceeds allocated to future expenses (R\$); 2) Proceeds allocated for refinancing (R\$); 3) Total installed capacity (MW); 4) Quantity of renewable energy generated (MWh/year); 5) Carbon emissions avoided in relation to the energy generated (tCO₂eq/year); 6) Status of environmental licensing of projects. The commitments described in this Second-party Opinion will be subject to external review within 24 months. Pre- and post-issuance reports will be made available to the public.

Use of proceeds reporting:

- Project-by-project
 - On a project portfolio basis
 - Linkage to individual bond(s)
 - Other (*please specify*):
- Information reported:**
- Allocated amounts
 - Bond financed share of total investment
 - Other (*please specify*):
- Frequency:**
- Annual
 - Semi-annual
 - Other (*please specify*): Biennial

Impact reporting:

- Project-by-project
 - On a project portfolio basis
 - Linkage to individual bond(s)
 - Other (*please specify*):
- Frequency:**
- Annual
 - Semi-annual
 - Other (*please specify*): Biennial



Information reported (expected or ex-post):

- GHG Emissions / Savings Energy Generated
- Other ESG indicators (please specify): Energy consumption and Savings on the electricity bill.

Means of Disclosure

- Information published in financial report Information published in sustainability report
- Information published in ad hoc documents Other (please specify): Information published in its website
- Reporting reviewed (if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review):

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.)

<https://e1energia.com.br/>

SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE

Type(s) of Review provided:

- Consultancy (incl. 2nd opinion) Certification
- Verification / Audit Rating
- Other (please specify):

Review provider(s):

Date of publication:

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

- (i) Consultant Review: An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green/Transition Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green/Transition Bond framework. 'Second opinions' may fall into this category.
- (ii) Verification: An issuer can have its Green/Transition Bond, associated Green/Transition Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) Certification: An issuer can have its Green/Transition Bond or associated Green/Transition Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green/transition assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) Rating: An issuer can have its Green/Transition Bond or associated Green/Transition Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green/Transition Bond ratings are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green/Transition Bond frameworks / programs.